

---

## Percursos latino-americanos na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero<sup>1</sup>

Jessica GUSTAFSON<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina

### Resumo

A perspectiva, enfoque ou visão de gênero no jornalismo tem ganhado destaque há mais de duas décadas em diferentes países, sendo mais perceptível na América Latina nos últimos anos, em sintonia com um novo momento de articulação feminista. Embora parta da crítica ao modelo de jornalismo tradicional, a perspectiva de gênero apoia-se e acredita na possibilidade transformadora da prática jornalística, a partir de uma outra forma de olhar para a realidade e da proposição de novas maneiras de produzir notícias. Analiso neste artigo produções em livros e manuais latino-americanos que apresentam essa perspectiva, refletindo sobre os principais pontos de partida e eixos temáticos que compõem a formulação desta visão.

### Palavras-chave

1. jornalismo feminista; 2. perspectiva de gênero; 3. América Latina;

---

### Introdução

A perspectiva, enfoque ou visão<sup>3</sup> de gênero no jornalismo tem ganhado destaque há mais de duas décadas em diferentes países, sendo mais perceptível na América Latina nos últimos anos, em sintonia com um novo momento de articulação das mulheres (WOITOWICZ, 2019). Embora crítica do modelo de jornalismo tradicional, a perspectiva de gênero apoia-se e acredita na possibilidade transformadora da prática jornalística, a partir de uma outra forma de olhar para a realidade: “É uma perspectiva que compreende o potencial do jornalismo em romper com certos padrões hegemônicos da sociedade que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC). E-mail: [je.g.costa@gmail.com](mailto:je.g.costa@gmail.com). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> É possível encontrar em portais jornalísticos e redes estas diferentes palavras para nomear uma prática que acredito ser a mesma.

---

contribuem para a manutenção de estereótipos, desigualdades, discriminações e que impactam a cobertura jornalística (WOITOWICZ, 2019, p. 123, tradução minha)<sup>4</sup>.

A falta de um referencial definitivo sobre o jornalismo com perspectiva de gênero possibilita a reflexão constante sobre quais práticas e cânones serão mantidos ou desconsiderados nesta empreitada. Isso resulta em uma sensação de experimentação constante, o que acredito ser muito positivo, possibilitando construir criativamente novas saídas que fujam do modelo tradicional. Por outro lado, muitas propostas são compartilhadas e isso aproxima a cobertura feita pelos veículos de jornalismo com perspectiva de gênero ou perspectiva feminista existentes não apenas no Brasil, mas na América Latina, demonstrando uma “inspiração” sobre essas boas práticas.

As proximidades entre as iniciativas feministas de jornalismo estão presentes em manuais e outros textos que se dedicam ao tema, à tentativa de definir mesmo que provisoriamente o que seria um jornalismo com perspectiva de gênero e quais práticas devem ser empreendidas, estando relacionadas com discussões travadas no âmbito do feminismo há décadas, em sua atenção à comunicação, suas falhas e possibilidades. Analiso neste artigo alguns textos que apresentam essa perspectiva na tentativa de destacar eixos comuns desta formulação.

### **Las palabras tienen género**

Ao analisar publicações que abordam a prática de um jornalismo com perspectiva de gênero<sup>5</sup> é possível perceber um dos pressupostos centrais das diferentes iniciativas e autoras que se dedicam à temática. Esse ponto parte do entendimento de que a comunicação, ao contrário do que se convencionou na própria consolidação das empresas jornalísticas, não é uma mercadoria, mas sim um direito, um direito humano. No prólogo do livro *Las palabras tienen sexo - Introducción a un periodismo con perspectiva de género* (2007), organizado por Sandra Chaheer e Sonia Santoro, Maria Elena Hermosilla

---

<sup>4</sup> No original: Se trata de una perspectiva que comprende el potencial del periodismo en la ruptura con determinados patrones hegemónicos de la sociedad que contribuyen al mantenimiento de estereotipos, desigualdades, discriminaciones y que repercuten en la cobertura periodística, en favor de la necesidad de promover otras narrativas a fin de dar mayor visibilidad a las mujeres como sujetos.

<sup>5</sup> É possível encontrar uma diversidade de manuais e publicações que fornecem propostas para a produção de um jornalismo com perspectiva de gênero ou jornalismo não sexista. Neste artigo, escolhi alguns deles para abordar os temas que considero centrais nesta proposta. Além dos citados, destaco a importância das seguintes publicações: *Hacia la construcción de un periodismo no sexista*, produzido pelo CIMAC com apoio da UNESCO, com primeira edição em 2009; os minimanuais de jornalismo humanizado, da Organização Feminista brasileira Think Olga; *Manual de Género para Periodistas*, da América Latina Genera; e *Comunicación, organización y género - Ellas tienen la palabra*, da Agencia Latinoamericana de Información (ALAI).

---

considera que avançar na qualificação da comunicação é considerá-la um direito fundamental assim como uma série de outros, tais como a vida, a paz e a educação.

Soledad García Muñoz reforça esta ideia da comunicação enquanto direito fundamental para vida das mulheres, demarcando a responsabilidade que as comunicadoras e comunicadores têm no sentido de visibilizar a realidade das mulheres em seus respectivos países, possibilitando “o conhecimento sobre seus direitos e as ferramentas disponíveis para protegê-los” (2007, p. 74, tradução minha)<sup>6</sup>. Reduzir as desigualdades de acesso à informação qualificada faz parte da garantia dos direitos humanos das mulheres:

O nível de igualdade entre mulheres e homens é um dos indicadores mais precisos de uma sociedade para medir o grau de respeito pelos direitos humanos, a democracia real e o nível de desenvolvimento. Nesse espírito, é urgente aprofundar alianças estratégicas entre instituições estatais com responsabilidades na matéria, pessoas e organizações que defendem os direitos das mulheres e profissionais da comunicação, a fim de refletir e desenhar estratégias comuns, nas quais cada um assumira sua cota de responsabilidade no objetivo de dar aos direitos humanos das mulheres a importância que eles merecem e torná-los realidade. (MUÑOZ, 2007, p. 74, tradução minha)<sup>7</sup>.

Desta forma, a construção de uma perspectiva de gênero se refere a um percurso que envolve tanto uma vontade quanto a uma necessidade, sendo uma exigência da justiça de gênero entender a comunicação enquanto um direito humano e trabalhar politicamente para torná-la uma prática (HERMOSILLA, 2007). Essa justiça, que significa o fim das assimetrias entre masculino e feminino em todos os âmbitos, anda de mãos dadas com a democratização da comunicação, com a possibilidade de ampliar a distribuição de poder que estrutura a produção e circulação de significado para as audiências.

É possível detectar um consenso na comunidade internacional, segundo Maria Cruz Tornay Márquez (2017), sobre a importância da comunicação para o fortalecimento dos direitos humanos das mulheres, figurando como um eixo estratégico para a garantia deles. O tratamento oferecido pelos meios, que muitas vezes resulta na exclusão das

---

<sup>6</sup> No original: el conocimiento de sus derechos y las herramientas disponibles para protegerlos.

<sup>7</sup> No original: El nivel de igualdad entre mujeres y hombres es uno de los indicadores más certeros para medir en una sociedad el grado de respeto de los derechos humanos, de democracia real y de nivel de desarrollo. En ese espíritu, resulta urgente profundizar las alianzas estratégicas entre las instituciones estatales con responsabilidades en la materia, las personas y organizaciones defensoras de los derechos de las mujeres, y las y los profesionales de la comunicación, a fin de reflexionar y diseñar estrategias comunes, en las que cada quien asuma su parte de responsabilidad en el objetivo de dar a los derechos humanos de las mujeres la importancia que merecen y lograr hacerlos realidad.

---

mulheres, está relacionado com a divisão social moderna, “à caracterização de identidades feminina e masculina feita por Rousseau – que inferiorizou o conhecimento do mulheres e excluiu sua participação como cidadãs plenas na esfera pública para estarem confinadas ao espaço doméstico” (MÁRQUEZ, 2017, p. 185, tradução minha)<sup>8</sup>.

Essa divisão afeta não apenas a produção discursiva, simbólica, das representações que são colocadas em circulação sobre o feminino, mas na própria configuração do trabalho e das empresas de comunicação. Márquez (2017) apresenta uma discussão interessante sobre a profissão e sua característica masculinista. De acordo com a autora, a inserção das mulheres dentro do jornalismo já significa uma transgressão na lógica generificada das profissões, aos “papéis patriarcais” que historicamente atribuíram às mulheres funções relacionadas principalmente ao cuidado ou que envolvam habilidades consideradas domésticas, como enfermagem, docência e culinária.

Desta forma, “falar em público, opinar, debater, participar, foram atividades tipicamente masculinas por um longo tempo” (MÁRQUEZ, 2017, p. 185, tradução minha)<sup>9</sup> e mesmo que o cenário seja perpassado por um longo avanço, com um maior número de jornalistas mulheres dentro das redações, não existiu uma normalização desta presença, pois segue imperando uma hierarquização nos cargos de poder e na própria organização das rotinas produtivas. De acordo com Roseli Figaro (2018), permanece válida a reivindicação por condições salariais iguais, ocupação de cargos superiores e maiores possibilidade de ascensão na carreira apesar de mudanças expressivas no setor, ocupado no Brasil em sua maioria por mulheres. “O perfil profissional no jornalismo em grande parte do mundo é feminino e jovem, com menor permanência de tempo na profissão (FIGARO, 2018, p. 578)”. O assédio – moral e sexual – também tem sido relatado frequentemente pelas jornalistas, segundo a autora, demonstrando que os espaços de trabalho no jornalismo continuam perpassados pela lógica misógina e machista.

Garantir o direito das mulheres à comunicação é também atuar na reversão dessas diferentes formas de tratamento dentro das organizações de mídia ao mesmo tempo em que se garanta liberdade e condições para a produção de conteúdos que promovam uma outra perspectiva sobre a sociedade em que a subalternização e discriminação das

---

<sup>8</sup> No original: en referencia a la caracterización de identidades femeninas y masculinas realizadas por Rousseau- que inferiorizó el conocimiento de las mujeres y excluyó su participación como ciudadanas de pleno de derecho en la esfera pública para ser recluidas en el espacio doméstico.

<sup>9</sup> No original: hablar en público, opinar, debatir, participar, fueron actividades típicamente masculinas por mucho tiempo.

---

mulheres não seja a tônica. Para Márquez (2017), esse empoderamento individual e coletivo defendido remete à construção da cidadania, à possibilidade de existência de sociedades mais justas.

O direito de comunicar tem impacto ainda maior para as mulheres de setores populares, que enfrentam nítidas dificuldades de participar da produção comunicativa das grandes empresas que controlam o setor. Por essa desigualdade de acesso, diversos setores empenhados em promover os direitos das mulheres têm construído inúmeras pautas amplas sobre o tema, “o direito à comunicação passa a ser o canal para o exercício de outros direitos humanos, principalmente daqueles necessários para a participação cidadã e a construção da cidadania, como liberdade de expressão e direito à informação” (MÁRQUEZ, 2017, p. 187, tradução minha)<sup>10</sup>.

Por toda a importância da comunicação sobre a esfera dos direitos, a atenção dada ao jornalismo pelas feministas, sejam elas jornalistas ou atuantes em outras áreas, apresenta uma longa trajetória. Uma recuperação histórica interessante é oferecida por Lea Fletcher (2007) sobre o *Primer Congreso Femenino Internacional de la República Argentina*, ocorrido no ano de 1910, em Buenos Aires. Um dos textos produzidos para o evento demonstra que, mesmo a denominação em voga na época se referir principalmente à produção de um “jornalismo feminino”, as reivindicações apresentadas e pensadas para a prática eram eminentemente feministas, tanto que em alguns escritos as duas palavras parecem ser utilizadas como sinônimos.

Em sua apresentação para o congresso, María F. Caminos trata sobre a importância do jornalismo feminino para a difusão das ideias e propagação da educação das mulheres, argumentando sobre o poder do jornalismo nos debates feministas.

Entre todas as proposições de Caminos está o sentido moderno de sociedade, que era entendido como a chave para a superação do conservadorismo vigente. Ao indicar os pontos que deveriam ser seguidos em um jornalismo “feminino/feminista”, ela deixa transparecer a forma como a imprensa da época tratava sobre as questões de gênero e o quanto precisava avançar na defesa de direitos para as mulheres, sendo o principal deles o direito à educação. Crítica ao jornalismo tradicional da época e novas proposições estão presentes em seu escrito.

---

<sup>10</sup> No original: el derecho a la comunicación se convierte en el canal para el ejercicio de otros derechos humanos, especialmente aquellos que son necesarios para la participación ciudadana y la construcción de ciudadanía, como la libertad de expresión y el derecho a la información.

Neste sentido, segundo a Hermosilla, as jornalistas que se dedicam ao projeto há tanto tempo têm atuado na crítica “feroz” da mídia a partir da vontade de modificá-la, pois muitas vezes, na prática profissional são “obrigadas pelas necessidades de sobrevivência, a produzir exatamente o que criticamos” (2007, p. 8, tradução minha)<sup>11</sup>. Impulsionar novas estratégias com o intuito de modificar as relações de gênero nos sistemas de comunicação em diferentes países da América Latina faz parte deste trajeto, que vai sendo sedimentado a partir da crítica aos saberes profissionais do campo aliada à emergência das discussões e estudos de gênero dentro da academia nas últimas décadas, tendo uma parte deles um forte olhar para a comunicação. E a emergência destas discussões tem demonstrado certos avanços na abordagem das questões de gênero no jornalismo, como explica a autora:

De Pequim a esta parte, em muitos lugares do mundo houve progresso na dimensão de gênero do conteúdo do jornalismo (pelo menos em alguns aspectos), temas anteriormente “invisíveis” foram incorporados (como violência doméstica ou aborto), tem havido uma significativa apropriação das TICs pelo movimento de mulheres, se tem avançado na constituição de redes, há maior equidade no número de mulheres e homens no exercício das práticas comunicativas (HERMOSILLA, 2007, p. 8-9, tradução minha)<sup>12</sup>.

A própria escrita do livro *Las palabras tienen sexo*, lançado em 2007, uma das publicações pioneiras para tratar da perspectiva de gênero no jornalismo, propõe uma análise crítica da comunicação, mas também se dedica a responder a difícil pergunta: “o que fazer?”, oferecendo reflexões sobre novas formas de produção, de acordo com Hermosilla (2007). Assumindo a importância desta proposta, discutirei a partir de alguns textos que refletem sobre o jornalismo com perspectiva de gênero estas duas vertentes que se encontram em sua formulação: a análise crítica do que a mídia e o jornalismo oferecem ao público e a construção de uma outra forma de produzir jornalismo, para romper com uma prática que constrói e reproduz a desigualdade de gênero.

Em relação à análise crítica das coberturas, os estereótipos relacionados aos gêneros e que levam a um processo de negação da cidadania das mulheres, estão no foco

---

<sup>11</sup> No original: obligadas por las necesidades de la sobrevivencia, a producir justamente aquello que criticamos.

<sup>12</sup> No original: De Beijing a esta parte, en muchos lugares del mundo se ha progresado en la dimensión de género de los contenidos del periodismo (al menos en algunos aspectos), se han incorporado temas antes “invisibles” (como la violencia intrafamiliar o el aborto), ha habido una importante apropiación de las TIC’s por parte del movimiento de mujeres, se ha avanzado en la constitución de redes, hay una mayor equidad en el número de mujeres y varones en el ejercicio de las prácticas comunicativas.

de atenção. Foram nas pesquisas acadêmicas, que tiveram início nos Estados Unidos e na Europa, na década de 1970, que os estudos de mulheres começaram a discutir problemas na representação. Movimento que se refere à maior inserção das mulheres nas universidades, que passaram a perceber a necessidade de não apenas lutar pelo ingresso na academia, mas também para que a situação das mulheres pudesse ser um tema de estudos válido cientificamente. Chaher (2007) afirma que na América Central e Latina essa área de interesse acadêmico começou a ser tratada posteriormente, “relegada em parte pelos governos democráticos que demoraram na atualização dos estudo universitário em todas as áreas” (CHAHER, 2007, p. 95, tradução minha)<sup>13</sup>.

A invisibilização das mulheres ocultada por uma história que por séculos foi perpassada pela “hegemonia masculina sobre o poder e o saber” (CHAHER, 2007, p. 95, tradução minha)<sup>14</sup> foi a primeira tendência desses estudos, que se dividiram em duas linhas, sendo uma delas dedicada a buscar o saber invisibilizado nesses séculos, chamada de revisionista, e outra que analisava a situação das mulheres na sociedade contemporânea. Foi dentro deste segundo grupo de estudos que o olhar se voltou para a mídia, principalmente para a imagem construída sobre as mulheres, entendendo-a como espaço de socialização, assim como outras instituições sociais, tais quais a família, a escola e a igreja. Como afirma Guacira Lopes Louro (2008), estas instâncias inscrevem nos corpos as marcas e normas que devem ser seguidas e, por esse motivo, a importância de estarem no centro das análises sobre o âmbito cultural e social.

Nestes primeiros estudos, a categoria de análise “gênero” ainda não era acionada, por isso mesmo os estudos se chamavam de mulheres, sendo elas o foco e a categoria central também nos trabalhos que abordam a comunicação:

Esses primeiros estudos são chamados de mulheres, e não de gênero, porque o objeto de análise são as mulheres, não existindo avanços na comparação com a abordagem de gênero também aplicada aos homens. Embora se pudesse dizer que tudo o que foi escrito e construído pelo conhecimento até o momento foi feito do ponto de vista masculino, essa visão não incluiu uma perspectiva de gênero comparativa e relacional (CHAHER, 2007, p. 95, tradução minha)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> No original: relegada en parte por los gobiernos no democráticos que demoraron la actualización de los estudios universitarios en todas las áreas.

<sup>14</sup> No original: hegemonía masculina sobre el saber y el poder.

<sup>15</sup> No original: Estos primeros estudios son llamados de mujeres, y no de género, porque el sujeto de análisis son las mujeres, no se avanza en una comparación con el enfoque de género aplicado también a los varones. Si bien podría decirse que todo lo escrito y construido por el saber hasta el momento había sido hecho desde un punto de vista masculino, esta mirada no incluía una perspectiva de género comparativa y relacional.

A partir dos anos de 1970 e 1980, em um processo ainda não encerrado, as pesquisas começam a tratar de gênero enquanto uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1995), oferecendo explicações mais complexas sobre a desigualdade e a contribuição da mídia no processo de generificação da sociedade. Os estereótipos construídos pelos meios de comunicação foram facilmente encontrados nessas análises, sendo uma parte deles ainda reproduzida hoje, como a vinculação das mulheres ao âmbito privado, a “depositária da honra familiar, porém, ao mesmo tempo, a causa da perdição dos homens a quem é permitido o descontrole dos instintos que elas lhes negam” (CHAHER, 2007, p. 96, tradução minha)<sup>16</sup>. Difícil não perceber o quanto esse tipo de representação impacta simbolicamente na justificativa de uma série de atrocidades cometida contra as mulheres.

Mais contemporaneamente, a partir de uma maior participação delas em todos os âmbitos sociais, Chaher (2007) ressalta o surgimento de um novo estereótipo, com a reprodução dos códigos masculinos para tratar de mulheres em postos de poder. Neste sentido, a valorização dos atributos masculinos se mantém a partir da desvalorização do feminino, não significando uma ruptura na dicotomia estrutural de gênero.

Pensar hoje na produção midiática a partir de uma perspectiva de gênero é compreender que a crítica ao conteúdo e à prática jornalística deve se voltar para a manutenção dessa dicotomia, que pode assumir novos contornos e ficar até mesmo um pouco camuflada nas representações que se pretendem subversivas. Diana Maffía (2007) acerta ao ressaltar a importância de pensar na construção dos estereótipos não somente sobre a feminilidade, mas também sobre a masculinidade, promovendo uma divisão hierárquica que gera prescrições sobre ambos. Desta forma, “Os homens são separados das características que se degradam quando vinculadas ao doméstico e ao feminino, são pensadas como desprovidas de qualquer valor epistêmico, sem valor para conhecer e configurar o mundo” (MAFFÍA, 2007, p. 33, tradução minha)<sup>17</sup>.

Pensar em maneiras de modificar culturalmente estas noções de masculinidade e feminilidade perpassa centralizar o papel dos meios de comunicação e atuar construindo novas representações sem reforçar e reproduzir esse sistema de subordinação. Sistema em

---

<sup>16</sup> No original: y depositaria del honor familiar pero a la vez causa de perdición de varones a los que se les permite un descontrol de los instintos que a ellas se les niega.

<sup>17</sup> No original: Se aparta a los varones de cualidades que al vincularse con lo doméstico y lo femenino están degradadas, están pensadas como carentes de todo valor epistêmico, sin valor para conocer y configurar el mundo.

---

que “estamos incluídas e onde não podemos nos salvar sozinhas” (MAFFÍA, 2007, p. 33). Sendo parte de uma mudança cultural, Maffía destaca que qualquer alteração precisa ser empreendida coletivamente, assumindo que os meios de comunicação “podem produzir, com seu poder, uma subversão semiótica e se tornarem instrumentos de emancipação” (2007, p. 33, tradução minha)<sup>18</sup>

De forma paralela ao avanço dos estudos acadêmicos, e em diálogo com eles, dentro das redações também começa a emergir uma vontade de mudança nas representações exatamente por quem as produz. Não apenas o conteúdo precisa ser mudado, mas a distribuição de poder e saber dentro do jornalismo e das redações. Desta forma, Chaher (2007) explica que a “agenda feminista incluiu entre seus objetivos a paridade nas posições de gestão dos meios de comunicação de massa como elemento essencial para alcançar a igualdade de gênero na sociedade” (p. 96, tradução minha)<sup>19</sup>. As práticas simbólicas precisam ser alteradas, assim como a organização empresarial, o que até agora continua sendo um desafio no âmbito do jornalismo.

Essas mudanças começam a ser lentamente percebidas nos últimos anos, após um longo percurso de tensionamento. Os primeiros contatos entre o mercado jornalístico e as pesquisas acadêmicas que traziam um enfoque de gênero para pensar a comunicação não foram muito profícuos, resultando em uma série de atritos entre os setores diretivos e as feministas que ofereciam uma visão crítica sobre o conteúdo produzido. Chaher (2007) ressalta que neste período as mulheres saíram mais prejudicadas do que os meios de comunicação, mas encontraram fora da mídia hegemônica um espaço mais receptivo para se dedicarem ao trabalho que acreditavam. Assim, entendendo que não seria fácil acessar e modificar a mídia hegemônica “o movimento feminista produziu uma forte corrente de comunicação alternativa, tão fecunda, intensa e volumosa que é denominada “indústria da mensagem” (CHAHER, 2007, p. 98, tradução minha)<sup>20</sup>.

Esse processo de indiferença aos meios tradicionais gerou nos anos 80 e 90 uma despreocupação e desresponsabilização da grande mídia com as reivindicações feministas, que encontraram suas próprias publicações para lutar contra a desigualdade

---

<sup>18</sup> No original: pueden producir, con su poder, una subversión semiótica y transformarse en herramientas de emancipación.

<sup>19</sup> No original: La agenda feminista incluyó entre sus objetivos la paridad en los puestos directivos de los medios masivos como elemento imprescindible para lograr la equidad de género en la sociedad. Se debía cambiar la organización social, pero también la empresarial.

<sup>20</sup> No original: Ante la imposibilidad de modificar o de acceder a los medios masivos, el movimiento de mujeres produjo una fuerte corriente de comunicación alternativa, tan fructífera, intensa y voluminosa que se habla de ella como “industria de mensajes” (p. 98)

de gênero. Atualmente, percebemos um movimento contrário, de apropriação das pautas feministas antes rechaçadas pelas grandes empresas de comunicação da América Latina. Os motivos dessa atenção são inúmeros, tanto empresariais de atender à demanda do público quanto por uma conscientização maior da importância dessas temáticas a partir de uma cobrança e mudança da sociedade. Impacta ainda, com grande força, a atuação feminista das jornalistas dentro das redações não só dos veículos alternativos, mas também do jornalismo tradicional.

A partir dessa atuação dentro das mídias alternativas e da mídia hegemônica, as jornalistas vêm não apenas criticando a cobertura jornalística, mas construindo pressupostos para a uma perspectiva de gênero dentro do jornalismo. Como destacado anteriormente, a comunicação enquanto um direito humano é o alicerce em que se constrói essa visão e a luta contra os estereótipos faz parte deste projeto. Entretanto, a perspectiva de gênero pode ser entendida não apenas como uma categorização de passos que devem ser cumpridos para a realização de uma boa reportagem, mas sim como uma metodologia analítica e reflexiva sobre as práticas sociais e jornalísticas. Como responde Santoro (2007), ao questionar como fazer essa proposta de jornalismo, “Em princípio, acho que implica um exercício constante de autoconsciência e reflexão sobre onde estamos” (p. 137, tradução minha)<sup>21</sup>.

E, por ser uma metodologia, é inerentemente transversal, não significando uma especialização jornalística: “O jornalismo com perspectiva de gênero pretende analisar as informações com que trabalhamos, perguntando-nos se elas afetam mulheres e homens de forma diferente” (CHAER, 2007, p. 126, tradução minha). Essa diferença corresponde ao aparato de gênero que normatiza e hierarquiza o masculino e o feminino e está presente em todas as temáticas tratadas por todas as editorias. A Red Colombiana de Periodistas com Visión de Género aposta nesta mesma chave, afirmando que a perspectiva é como uma espécie de óculos para olhar a vida, que torna a visão mais ampla, mais complexa, para compreender a outra ou o outro sem preconceitos ou estereótipos.

Não apenas a análise de gênero é possível a partir desse enfoque que percebe os impactos diferenciais da desigualdade nos diferentes âmbitos, mas como ressalta Chaher, as diferenças de raça, classe, etnia, geração e sexualidade também impactam e são marcadores da diferença que devem ser contemplados na cobertura jornalística. Isso se

---

<sup>21</sup> No original: En principio, creo que implica un ejercicio constante de autoconciencia y reflexión sobre el lugar donde estamos paradas.

---

refere a uma ruptura na ideia de universalidade, de que homens e mulheres são categorias homogêneas. Essa proposição é de suma importância, pois muitas vezes observamos esse tipo de tratamento nas pautas, até mesmo feitas por jornalistas feministas, que constroem matérias jornalísticas sobre desigualdade de gênero, mas não complexificam a análise a partir de outros marcadores sociais que informam de forma mais aprofundada sobre a estrutura da sociedade e a vida material das mulheres e dos homens.

Essa proposta transversal se opõe ao tratamento que o jornalismo vem dispensando em suas editorias, sendo algumas delas consideradas “leves” ou “brandas”, como cultura, comportamento, colunas sociais, em que a presença das mulheres é maior, e as consideradas “fortes”, como economia e política, sendo estampadas prioritariamente por homens. Veiga da Silva (2014) detectou em sua pesquisa de mestrado que até mesmo a escolha dos repórteres para as pautas segue essa divisão nitidamente generificada entre as “hard news” e as consideradas “soft news”. Segundo a autora, os critérios de noticiabilidade também são perpassados por essas relações de poder que impactam tanto na relação entre repórteres e editores quanto no conteúdo publicado.

Assim, a generificação dentro do jornalismo não resulta apenas em uma classificação de assuntos por editoria, mas na própria possibilidade de um tema ser reconhecido como digno de se tornar notícia, pois: “Essa distribuição de questões de gênero e/ou mulheres nas diferentes seções da mídia responde ao que consideram ‘notícias’ ou ‘dignas de notícia’” (CHAHER, 2007, p. 130, tradução minha)<sup>22</sup>. Esse aspecto central da prática jornalística, o reconhecimento de um fenômeno social para a sua construção em formato de notícia, é perpassado por essas hierarquias de gênero.

Em oposição à essa lógica, Chaher (2007) propõe pensar a transversalização da perspectiva de gênero na própria formação regular dos jornalistas. Isso evitaria até mesmo a necessidade de construção de novas editorias ou suplementos para tratar sobre as temáticas de gêneros, entendendo que gênero não se trata de um assunto apartado de outras dinâmicas sociais. Justificar essa necessidade implica em considerar alguns pontos, como destaca a autora: 1) Homens e mulheres constituem de forma quase equivalente a população mundial, mas elas são subrepresentadas na mídia de forma quantitativa e qualitativa; 2) A mídia é uma das instâncias de socialização mais potentes da atualidade, com grande poder simbólico, ao lado da família e da escola; 3) Já está mais do que na

---

<sup>22</sup> No original: Esta ubicación de los temas de género y/o mujeres en las diferentes secciones de los medios responde a lo que éstos consideran “noticia” o tema “notificable.

---

hora de romper com os ideais estereotipados e não realistas de masculinidade e feminilidade na cobertura jornalística, que muitas vezes limitam a atuação das mulheres à esfera privada em oposição ao espaço público, supostamente ocupado pelos homens (CHAHER, 2007).

Essa divisão estereotipada resulta na própria escolha das fontes, sendo os homens as principais fontes para tratar de temas que mobilizam a agenda pública e apresentam impacto mais amplo na vida da população. A subversão feminista da lógica das fontes (GUSTAFSON, 2019) não significa apenas buscar mais mulheres para figurar nos conteúdos jornalísticos, equiparando quantitativamente aos homens, mas ampliar as fontes atentas à diversidade de mulheres, a partir de outros marcadores sociais da diferença, que também impactam na distribuição de poder. Perceber como o poder opera na escolha das fontes, aquelas consideradas fontes autorizadas sobre os temas “quentes” do jornalismo, como política e economia, assim como a presença delas entre os especialistas para falar sobre os múltiplos assuntos da vida social, faz parte dessa empreitada.

Além disso, abrir para outras possibilidades significativas do que aquelas oferecidas pelas fontes oficiais. Santoro enfatiza essa questão, ressaltando a necessidade de trazer vozes que apresentem essa perspectiva de gênero em sua forma de analisar o mundo: “Para fazer jornalismo de gênero, devemos buscar nossas próprias fontes confiáveis, pois se as oficiais reproduzem o imaginário sexista reinante, há que se buscar em outro lugar” (SANTORO, 2007, p. 140, tradução minha)<sup>23</sup>.

Estas são algumas das considerações iniciais sobre a construção de uma perspectiva de gênero no jornalismo. Na última década, a discussão tem se ampliado e novos elementos estão sendo apresentados como fatores que impactam na reprodução e construção da desigualdade de gênero pelo jornalismo. Um desse pontos diz respeito à centralidade que está sendo dada atualmente à linguagem não sexista. Lançado em 2010, o livro *Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género*, organizado novamente por Chaher e Santoro, atualiza e prossegue com a discussão proposta na publicação anterior.

A temática é abordada por Santoro (2010) a partir do questionamento sobre as reais possibilidades de mudança na linguagem, de criação de fissuras no engessamento

---

<sup>23</sup> No original: Para hacer periodismo de género debemos acudir a nuestras propias fuentes fiables, ya que si las oficiales reproducen el imaginario sexista reinante, hay que buscar por otro lado.

---

que muitas vezes é observado nas narrativas que produzimos. Mesmo que tenhamos um enfoque feminista nas pautas, a linguagem utilizada entrega a estrutura masculinista, o universal masculino. Sendo assim, “nessa fase do desenvolvimento do feminismo no mundo, o questionamento da linguagem que usamos por considerá-la sexista não há como refutá-lo” (SANTORO, 2010, p. 115, tradução minha)<sup>24</sup>. O argumento é irrefutável, pois é nítido o quanto a linguagem oculta as mulheres e as discrimina.

O masculino genérico é, para Santoro, a forma mais evidente de invisibilização, mas também a mais difícil de modificar, por ser resultado do androcentrismo que estruturou e segue estruturando o conhecimento e a linguagem. Sendo um reflexo da cultura, a Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género destaca em sua cartilha de apresentação a não neutralidade da língua, sendo possível perceber na sua construção toda a hierarquia de gênero que perpassa a própria sociedade e a necessidade de modificá-la: “É assim que o mundo deve deixar de ser nomeado no masculino e passar a ser nomeado também no feminino. Quando se usa o masculino com a intenção de também nomear o que é feminino, na realidade este último acaba escondido e invisível” (RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2011, p.15, tradução minha<sup>25</sup>).

Ao usar a palavra homem como sinônimo para toda a humanidade, se demarca o referencial de humanidade – os homens, excluindo metade da população. Algumas possibilidades de enfrentar essa configuração são conhecidas, mas não modificam estruturalmente e tão rapidamente o sexismo da linguagem. Santoro (2010) destaca algumas dicas, que funcionam para o espanhol e para o português: utilizar substantivos abstratos e a palavra “homens” apenas para nomear os homens; trazer a palavra mulher quando nos referimos ao coletivo, homens e mulheres; utilizar diferentes artigos para substantivos que contemplem os dois gêneros, como as/os estudantes; assim como modificar a estrutura das frases quando possível, tornando-a mais neutra.

Contudo, a autora ressalta que essas mudanças são muito superficiais para abarcar a complexidade do problema e também outros gêneros que não sejam masculino ou feminino. O problema, talvez, não esteja realmente localizado na linguagem, pois línguas

---

<sup>24</sup> No original: esta altura del desarrollo del feminismo en el mundo, el cuestionamiento al lenguaje que usamos por considerarlo sexista no hay con qué rebatirlo.

<sup>25</sup> No original: Es así, que el mundo debe dejarse de nombrar en masculino, y comenzarse a nombrar también en femenino. Cuando se usa el masculino con la intención de nombrar también lo femenino, en realidad este último termina ocultado e invisibilizando. Lo que no se nombra es como si no existiera.

---

“menos sexistas” como o inglês não são reflexo de uma sociedade menos hierárquica. Desta forma, Santoro (2010) reflete que o aparato da linguagem atua na reprodução de uma estrutura social desigual e por isso as propostas para transformá-la precisam ser mais amplas e olhar para e além da própria língua.

Além de dificultar a leitura, muitas opções que temos observado, como o uso do @, da letra x, no intento de não cair no binarismo de gênero, esbarram na necessidade do jornalismo de escrever textos compreensíveis para uma grande audiência, muitas vezes não conhecedora destes recursos. Chamar a atenção para a dicotomia de gênero e o apagamento do feminino podem até ser os objetivos destes usos, e ter grande êxito em determinadas publicações, mas pensar nessa utilização em larga escala se torna difícil de vislumbrar.

Longe de defender que este debate deve ser encerrado, Santoro (2010) acredita que ele deve se intensificar, com novas propostas, com a inclusão de palavras e com o abandono de outras, com tentativas, erros e acertos, mas sem descuidar de quem recebe o conteúdo jornalístico. Ao assumir o poder das palavras em criar realidades, a discussão sobre linguagem se torna central na construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, sendo ainda inacabada e cheia de nuances. Não se trata apenas de mudar artigos ou letras, embora essas modificações possam representar exclusão ou inclusão, mas compreender a língua como um aparato de desigualdade, sendo possível a transformação.

### **Considerações finais**

Nestes breves apontamentos sobre as principais tônicas da construção de um jornalismo com perspectiva de gênero, é notável algumas questões que parecem centrais ao intento de tornar a prática jornalística uma instância de modificação simbólica das relações hierárquicas de gênero. Como destacado, o entendimento da comunicação enquanto um direito humano, enquanto garantia do exercício dos direitos das mulheres e da sua cidadania, é central para esse enfoque. A luta feminista se volta para a comunicação e para o jornalismo reconhecendo o seu poder e passa a atuar propondo outras representações, enfrentando os estereótipos sobre as mulheres e os homens que circulam historicamente na mídia, e buscando outras condições no exercício da profissão.

A linguagem é encarada em toda a sua complexidade como aparato cultural, difícil de ser modificada, mas porosa e maleável às transformações. A transversalidade ganha destaque ao significar um olhar macro para a generificação da sociedade, em todos os

âmbitos da vida. Editorias que tratam especificamente sobre gênero, assim como pautas pontuais, não transformam efetivamente o fazer jornalístico. O jornalismo se modifica a partir do esforço coletivo, do engajamento, de novas propostas que repensem toda a sua organização, seus cânones, seus saberes, em que uma visão crítica feminista esteja presente em todas as pautas, em todos os assuntos. O jornalismo com perspectiva de gênero é uma outra forma de olhar o mundo.

E essa lente que revela as hierarquias de gêneros em todos os âmbitos precisa se opor à construção dicotômica entre masculino e feminino. Como destaca Márquez (2017), essa é uma divisão social moderna, relacionada à modernidade ocidental, situada em um contexto histórico, político, social e cultural. Mas essa não é a única dicotomia que funda a modernidade. A construção da raça ao lado do gênero significou os parâmetros de humanidade (LUGONES, 2014) e segue justificando a violência cotidiana contra mulheres, a população negra e indígena. Por isso, pensar na desigualdade de gênero em países que foram colonizados e ainda vivem sob a colonialidade (QUIJANO, 2009) é pensar sobre essa articulação.

É fácil perceber que encontramos pouquíssimas abordagens que tragam a questão da raça, etnia e sexualidade para a definição da perspectiva de gênero nas publicações que temos hoje sobre essa temática. Ao mesmo tempo em que essa questão já vem sendo detectada dentro da prática do jornalismo feminista e iniciativas tentam modificá-la. A Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadoras com Perspectiva de Gênero e Raça, por exemplo, surge em 2020 demarcando em seu nome essa necessidade e demonstrando que trabalhar com a categoria de gênero isoladamente não daria conta de compreender e atuar a partir das complexidades sociais vivenciadas no Brasil, marcadas não só por gênero, mas definitivamente pela raça. Com toda a certeza, esta questão está gerando tensionamentos dentro do próprio campo do jornalismo feminista na América Latina, que deve ser pensado enquanto uma prática não uniforme e não homogênea. E deve impulsionar reflexões em nossas pesquisas.

### **Referências bibliográficas**

CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CHAER, Sandra. Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2. Brasília: SBPJor, 2018.

FLETCHER, Lea. Hitos en el periodismo de mujeres argentinas: 1830-2007. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e Feministas** – A construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

HERMOSILLA, Maria Elena. Prólogo - Las palabras tienen... In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n.2, Campinas: Unicamp, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

MAFFÍA, Diana. Sujetos, política y ciudadanía. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

MÁRQUEZ, Ma Cruz Tornay. **Comunicación, subalternidad y género: experiencias comunicativas comunitarias de mujeres afrodescendientes e indígenas en América Latina**. 449p. Tese. Doctorado Interuniversitario en Comunicación. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul**. Org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. Coimbra: Almeida, 2009.

RED COLOMBIANA DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO. “Otras miradas para construir, comunicar y analizar la información”, 2011.

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. In: CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**. Introducción a un periodismo con perspectiva de género. - Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

SANTORO, Sonia. La encrucijada del lenguaje no sexista. CHAER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo II: herramientas para un periodismo de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica [p. 5–22]. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1995.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Periodismo alternativo y militancia feminista: Experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador**. Quito: Ediciones Ciespal, 2019.